

Editorial

A reflexão sobre as questões políticas da atualidade continua a exigir, daqueles a que a ela se dedicam, uma indagação sobre alguns temas – entre outros – fundamentais para a sua compreensão: o melhor regime, a separação dos poderes, a tolerância, a liberdade, a justiça. Tal como já nos primeiros textos dos filósofos da Antiguidade, essa temática continua na pauta de uma suposta “nova ordem internacional”.

E por que suposta? Porque pelo menos nos discursos dos líderes políticos contemporâneos, nas agendas das reuniões entre os diferentes blocos de países e, sobretudo, nos temas da filosofia política presentes nos currículos escolares e nas pesquisas dos diferentes estudiosos, há um desejo de substituir a abordagem militar dos conflitos por uma abordagem pacífica fundamentada na ordem

jurídica, um desejo moralizador pelas relações internacionais.

Mas, o simples acompanhamento dos conflitos atuais revela o caminho inverso percorrido. A nova ordem mundial não é ainda aceita de maneira unânime. Alguns duvidam de sua eficácia, outros a contestam. Uns e outros notam que o direito de ingerência não tem fundamento preciso, que o mundo não se divide entre bons e maus, e que é uma maneira bastante curiosa de proceder quando alguém que se gaba de pertencer ao campo dos bons e bombardeia os maus sob o pretexto de querer civilizá-los. E, infelizmente, se os crimes contra a humanidade provocam fortes reações em um dia, no outro, já não passam de mera retórica.

A noção de soberania decorrente da concepção moderna de um Estado-Nação assentado em um poder centralizado e coercitivo, está em decadência, a fragilidade da democracia não é menos evidente, como apontam os debates contemporâneos sobre a decadência do Estado. E não se trata apenas de um debate contemporâneo. A abolição desse modelo de Estado ou ao menos a sua substituição por estruturas mais sutis e leves está no programa de diversas utopias. Libertários ou anarquistas, os diferentes movimentos antiautoritários têm atrás de si uma longa história que remonta aos cínicos gregos.

O antiautoritarismo permaneceu, no entanto, uma postura retórica, mais literária que realista, tanto tempo quanto o estado-nação pareceu ser invulnerável. A partir do momento em que vítimas

das decisões tomadas acima de suas cabeças por organismos supranacionais como a União Europeia e a ONU, bem como da mundialização dos processos econômicos, dos mercados financeiros e dos fluxos de informações veiculados por rotas eletrônicas (para não falar das máfias, da droga, do tráfico de armas e do terrorismo internacional que também ignoram fronteiras), os estados-nação se vêm desprovidos dessa soberania que fazia antes sua força.

A autoridade se descentralizou, como o valor financeiro e a informação por meio das redes de comunicação. Ela está dispersa, circula cada vez mais rápido, em todo lugar e em nenhum. E perde parte de sua realidade ameaçadora ao se tornar virtual. Não estamos para entrar num mundo onde a autoridade desapareceu. Mas talvez num mundo em que se multiplicam os meios inéditos de contê-la e contrariá-la (assim como de exercê-la). Um mundo desprovido de centro.

Isso não é tudo. Ao lado dessa possibilidade de questionar os poderes, haverá meios de diálogo que permitirão evitar cair na dispersão ou no caos. Resta inventar novas formas de discussão que darão a cada cidadão a possibilidade concreta de viver sua cidadania. De vivê-la de uma maneira mais complexa e mais rica que não lhe permite hoje o mero gesto eleitoral.

Como afirma Chomsky, é preciso lembrar que a vida humana tem um valor nela mesma, difícil de evidenciar em sociedades que valorizam apenas as relações de dominação.

Este segundo número da *Revista Polietica* é dedicado ao IV Colóquio do Grupo de Ética e Filosofia, realizado em outubro de 2013 na PUCSP, cujo tema foi *Fisionomias da Filosofia Política Contemporânea*.

Maria Constança Peres Pissarra
Editora